

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Ricardo Manffrenatti Venturelli¹
rickventurelli@hotmail.com

Sempre em busca pelo entendimento da permanência e da reprodução do campesinato brasileiro, as professoras Eliane Tomiasi Paulino² e Rosemeire Aparecida de Almeida³ compõem sua mais nova obra. Em “Terra e Território: a questão camponesa no Capitalismo” (2010), as autoras, como elas mesmas afirmam, realizam o exercício da ação-reflexão-ação, baseadas nas atividades docentes e de pesquisa, para buscar compreender as relações que permeiam o capitalismo e o campesinato, a partir de suas contradições, e a conseqüente luta pela terra e território entre forças díspares no campo.

No exercício do entendimento da questão camponesa no Brasil, Eliane e Rosemeire recorrem aos autores clássicos, como forma de ressignificar seus conceitos e revalidar o papel do campesinato na economia capitalista do século XXI.

Entender a complexidade dialética entre o capital e o campesinato no século XXI, implica ater-se em questões que envolvem a irracionalidade da sociedade atual, onde se privilegia sistemas bancários em crise e se nega a necessidade da Reforma Agrária, e sua legitimidade social, negando também a supremacia nacional através da segurança alimentar.

Logo, o campesinato aparece como algo ‘diferente’ do capitalismo, por muitos entendidos como o ‘atraso no campo’. Contudo, o campesinato, e suas relações tipicamente não-capitalistas de trabalho e produção, trabalho esse baseado em sua maioria pela mão-de-obra familiar, por mais que possa parecer como um entrave ao desenvolvimento do capital, não o é. O campesinato brasileiro do século XXI permanece e se reproduz através das contradições do capital. A sujeição da renda camponesa ao capital industrial e/ou comercial, e a necessidade destes pela produção

¹ Integrante do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (Mestrado em Geografia Humana) da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação da Prof^a Dra. Larissa Mies Bombardi. Professor do Centro Paula Souza nos cursos de Ensino Médio e Técnico em Meio Ambiente.

² Docente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

³ Docente do Departamento de Ciências Humanas – Campus Três Lagoas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

camponesa, expressam essa relação contraditória, passível de ser analisada no momento atual pela ótica dos pensadores clássicos, o que representa consequentemente (re)entender o campesinato.

O objetivo desta obra não visa ser apenas mais uma nas estantes das bibliotecas, mas sim servir de objeto de reflexão acadêmica e social, como ferramenta de entendimento desse campesinato, que se reproduz com as forças que tem, seja a luta pela terra, seja pela sujeição de sua renda, sempre sob os marcos da justiça social, pela legitimidade dos movimentos sociais e pela emergência do respeito à classe camponesa que alimenta o Brasil.

É interessante ressaltar algumas reflexões dos Pensadores Clássicos da Questão Agrária, dentre eles os marxistas Kautsky (1980) e Lênin (1985), que se dedicaram a interpretar a inserção do capitalismo no campo, em que este iria fazer sucumbir todos os processos não-capitalistas, demonstrando que o campesinato estaria em vias de extinção. Ao remeter essas reflexões para entendimento do desenvolvimento do capital no campo brasileiro, aqueles que seguem essa corrente teórica, concluem que o capital atingiu níveis de inserção no campo que são irreversíveis, e que cada vez se consolidará como o que vem a ser a expressão do moderno.

Contudo, o que é presenciado no campo brasileiro é a irracionalidade da concentração de terras, que faz prevalecer a desigualdade social, expressando a face do país. Assim, a Reforma Agrária e a consolidação da classe camponesa no Brasil é necessidade não apenas para o fortalecimento do mercado interno, como também veículo pra a distribuição de renda e qualidade de vida, afirmados como bandeira dos movimentos sociais.

Entretanto, atualmente o discurso do agronegócio ganhou o imaginário popular como o ‘moderno’ no campo brasileiro, em detrimento do campesinato. A diferença entre ambos, no que diz respeito ao número de pessoas ocupadas, geração de renda e produção de alimentos se encontra muito mais recorrente no campesinato, enquanto que o agronegócio é quem ganha a ‘simpatia’ da sociedade e os interesses políticos. Apesar de serem os velhos latifúndios modernizados, mas somente as máquinas são modernas, pois as relações são reproduções das mais arcaicas.

É nesse bojo que o campesinato entra como relações de produção e classe social que necessitam de interpretações e entendimentos no campo brasileiro atual. Partindo

das considerações de Chayanov (1974), em que é possível entender os mecanismos e fenômenos da recriação do campesinato, e como as intencionalidades e o uso da terra camponesa diferem do uso capitalista, surgem as disputas por território, seja por terra, seja para nela se manter.

A permanência da questão camponesa no mundo “moderno” carrega consigo a problemática a terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16)

Assim, na primeira parte deste livro é dada especial atenção à natureza da economia camponesa. A questão camponesa é elencada como fundante na discussão sobre a relação de trabalho familiar e o capitalismo, ou seja, os mecanismos de reprodução do grupo familiar e a sujeição camponesa pelo capital.

Logo, se valendo das concepções de Shanin (1980, 1983 e 2008), tem-se que para entender o campesinato,

“é importante não apenas para identificar as razões de sua capacidade de resistência, que está fundamentalmente centrada na economia familiar, mas sobretudo, para entender que os elementos dessa economia doméstica, como ensina Chayanov, não são explicáveis por meio das categorias da economia capitalista ou da economia estatal. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 19)

Dessa forma, Paulino e Almeida (2010) elencam como primordial uma interpretação camponesa baseada nas dinâmicas econômicas do século XXI, utilizando os elementos conceituais escritos pelos autores clássicos no final do século XIX e início do século XX, uma vez que muito foi escrito sobre o fim ou irracionalidade desta classe, que permanece nos dias de hoje, como classe contraditória ao capitalismo.

Reinterpretar e ressignificar os conceitos forjados pelos pensadores clássicos da questão agrária é de fundamental importância para se entender os movimentos de reprodução camponesa e a sua relação com o capital. E é nessa ordem, que as autoras se dedicam a investigar, a partir da reflexão teórica, as dinâmicas que permeiam as contradições do campo brasileiro no século XXI.

Logo, é possível compreender a relação entre o capitalismo e o campesinato, uma vez que o “desenvolvimento do capital não se faz em sentido único, antes a sua reprodução ampliada se faz ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, (re)cria formas não capitalistas com vistas à extração da renda, via pilhagem, como forma de produzir capital” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 28).

Portanto, sob a interpretação marxista de formação econômica e social, é fundamental entender o processo do capital através das contradições do desenvolvimento desigual. O campesinato mesmo sendo formado por relações de trabalho não-capitalistas, sua reprodução deve ser entendida a partir das contradições do capital e não como fruto da articulação entre modos de produção.

Assim, Eliane e Rose nessa obra evidenciam o avanço na teoria de Chayanov, uma vez que na atualidade é possível desvendar a lógica camponesa e o seu lugar na dinâmica de produção/reprodução do capital.

Como afirma Marx (1974), o desenvolvimento do capital na indústria e no campo difere, e logo, o tempo de produção de alguns produtos agrícolas repelem o capital. Assim, o tempo de trabalho na indústria coincide com o tempo de produção, na agricultura, a produção não depende apenas do trabalho, mas também dos ciclos biológicos e climáticos. Essas ocorrências abrem margem para a produção camponesa.

Nesse momento vale a reflexão sobre a produção camponesa, onde há a estocagem de alimentos para consumo da família nos períodos de entressafra, o que demonstra a irracionalidade do ponto de vista do capital, pois sem a comercialização do produto, não há lucro. Surge aqui as contribuições de Chayanov sobre a teoria do balanço entre o trabalho e consumo, fundamental para entender as dinâmicas produtivas no campesinato.

Quanto à renda da terra, tem que se partir do caráter da propriedade privada da terra, exercida por alguns em detrimento do restante da sociedade. A propriedade privada da terra camponesa difere da capitalista. Logo, a propriedade privada da terra camponesa supõe o seu controle produtivo, sua liberdade. É nesse ponto em que os movimentos sociais de luta pela terra, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras), remetem quanto à recriação e reprodução camponesa, tais como nos assentamentos.

Assim, a permanência e recriação do campesinato no século XXI, aparecem como um desafio a toda a sociedade. Debates conceituais entre os termos ‘campesinato’ e ‘agricultura familiar’ são estritamente políticos, uma vez que demonstram ideologias políticas e sociais sobre a interpretação das relações de produção familiar no campo. E separá-los conceitualmente significa dizer que o ‘agricultor familiar’ é um representante do agronegócio capitalista de fato, mas em pequena escala. E essa pequena produção agrícola, para esta corrente, está fadada ao desaparecimento, seja por via de se tornar um capitalista ou ter que se assalariar.

É importante, assim, rever as teorias de Chayanov, para entender que este sujeito, agora chamado por outro nome por muitos teóricos, de fato é o camponês, que se reproduz através de suas estratégias, sujeitando sua renda ao capital, mas não se valendo de relações capitalistas de trabalho e produção para se reproduzir.

Portanto, a exploração do campesinato pelo capital não se dá sobre o trabalho, mas sobre a produção. Logo, a terra para o campesinato aparece como terra de trabalho, e não terra de negócio. Uma análise superficial sobre a teoria do balanço entre o trabalho e consumo na propriedade camponesa, poderia dar a entender que é o excedente produzido pelo camponês que se torna mercadoria e é comercializado, garantindo assim a remuneração camponesa.

Entretanto, pode ser notada a intensidade em que se desenvolvem os setores especializados na produção camponesa, onde há a sujeição formal ao capital industrial. Mas também há o poder de articulação camponesa, enquanto produtor de matérias-primas, garantindo o seu papel no setor produtivo, visto a necessidade do capital em se valer de relações tipicamente não-capitalistas para efetuar a produção do capital, e o campesinato se valendo dessa estratégia capitalista, cria mecanismos para efetivar a sua reprodução.

Logo, é importante ressaltar que “a presença camponesa não decorre de uma licença capitalista”, mas sim “da capacidade própria de se articular, enquanto classe” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 65).

Tal fato ficou provado estatisticamente após a divulgação do Censo Agropecuário de 2006, fazendo com que a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) questionasse os dados censitários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) quanto à supremacia da pequena produção agropecuária, de

base familiar, na produção de alimentos, pessoas ocupadas e geração de renda. Chegou-se por parte dessa confederação à elaboração de pesquisas para provar o contrário, com o intuito de desmentir os resultados desse censo, e logo a capacidade produtiva camponesa, como forma de propagar seus interesses, ou seja, uma falsa verdade à sociedade.

É nesse ponto que fica evidente a aliança entre terra e capital no Brasil, que difere dos países de capitalismo central. Sendo que no Brasil é comum se fundir na mesma pessoa a figura do latifundiário e do burguês, privilegiando a propriedade privada da terra, sob seu caráter rentista, em detrimento da produção.

Portanto, a resistência camponesa explícita a contradição de classes entre esses e os capitalistas, como também a luta pela terra, que é a expressão políticas de um reordenamento territorial em constante disputa. Disputa essa entre os camponeses que põem o alimento na mesa do brasileiro, e o latifundiário que coloca a soja na ração do gado europeu, ou que desmata a Amazônia para moveis de luxo nos EUA.

O que não está dito é para quem a comida não pode faltar, já que o flagelo contemporâneo é determinado, em grande medida, pela política de exportação de alimentos pelos países periféricos, e que tem culminado na privação desses mesmos alimentos para os pobres que ali vivem. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 100)

Referências Bibliográficas

- CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- KAUTSKY, Karl. *A questão Agrária*. São Paulo: Proposta, 1980.
- LENIN, Vladimir Ilyich. *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital* – Livro 3, volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. *Terra e Território: A Questão Camponesa no Capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (Orgs.). *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p, 23-47

_____. *La Classe Incomoda: Sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rússia 1910-1925)*. Versión Española de Fernando Andrada Tápia. Madri: Alianza Editorial 1983.

_____. A definição de camponês: conceituação e desconceituação: o velho e o novo em uma discussão marxista. *Estudos Cebrap*, Petrópolis, n.26, p.43-79, 1980.